



E DEPOIS DO BOOM? A SUSTENTABILIDADE DO ENSINO E TURISMO DO SURF EM PORTUGAL

- Surf Out Portugal, Associação de Turismo de Cascais e Associação de Escolas de Surf de Portugal promovem debate sobre sustentabilidade do ensino e turismo do surf
- Falta de fiscalização e excesso de operadores recreativos são principais problemas apontados
- Transferência de competências para os diferentes municípios vista como oportunidade

CONTEXTO

A costa portuguesa continua debaixo dos holofotes mundiais, tanto pela qualidade das praias, como pela grandiosidade das ondas, que têm atraído milhares e milhares de pessoas aos areais. De facto, as praias nacionais estão na moda, chamando à atenção tanto de turistas internacionais como nacionais, que se têm interessado cada vez mais pelos desportos de água, com grande foco no surf. Apesar deste cenário parecer o ideal para a promoção do país, pode estar prestes a tornar-se insustentável. Conseguirão as nossas praias aguentar um fluxo tão grande de visitantes? Ainda conseguimos dar aos turistas do surf a qualidade devida? A proliferação de escolas de surf poderá colocar em causa a qualidade do ensino? Para responder a estas e outras questões, alguns players do setor reuniram-se, na semana passada, no DNA Cascais, num debate organizado pela Surf Out Portugal em parceria com a Associação de Turismo de Cascais e a Associação de Escolas de Surf de Portugal (AESDP).

“E depois do boom?” foi o mote da iniciativa, que abordou o ordenamento do surf, o panorama do ensino da modalidade no país e as expectativas e impacto do turismo. Muitos foram os problemas apontados, mas também algumas soluções, faltando uma legislação adequada e uma fiscalização apertada para que as praias portuguesas possam ser sustentáveis e para que o país possa continuar a vender-se como um destino de surf de qualidade.

O PROBLEMA

As praias estão sobrelotadas de surfistas e aspirantes a surfistas e de escolas de surf que aceitam um número excessivo de alunos. São estes os principais problemas nos dias de hoje, resultantes de uma banalização do surf – que faz todos quererem praticar a modalidade –, do boom do turismo do surf, pela falta de legislação adequada que controle o número de operadores em cada praia e regule o seu trabalho, e da falta de fiscalização que imponha o cumprimento da legislação já existente. Sem grande controlo e com tantas oportunidades de negócio, continuam a surgir escolas, que se amontoam à beira-mar, colocando em causa a qualidade do serviço prestado – o que, a longo prazo, passará uma imagem negativa – e a segurança de desportistas, alunos e banhistas.

“A febre do turismo também chegou ao surf e há um excesso de escolas a operar na costa portuguesa. Atualmente, praticamente nenhuma escola consegue fazer um bom trabalho nos picos de procura, porque há demasiada gente dentro de água. Qualquer setor tem de saber crescer e parar e nós precisamos de parar já”, defende José Maria Pyrrait, líder do projeto Pyrrait Surf Coaching, deixando nota de que “estamos a destruir o nosso litoral e as melhores ondas da Europa por ganância”.

João Miguel Ferreira, presidente do Surfing Club Portugal, o clube mais antigo do país, agora com 40 anos, tem opinião semelhante e fala de uma “autêntica selva”: “já ultrapassámos há muito o limite. O assalto ao plano de água é feito sem controlo nenhum. Com o número de pessoas que estamos a colocar dentro de água de forma desordenada, estamos a fazer com que passem a acontecer cada vez mais acidentes. O perigo é real e iminente”.

A SOLUÇÃO

Com vista a melhor aproveitar a costa portuguesa, todos os intervenientes do debate defendem a implementação de medidas rígidas, que podem mesmo passar por diminuir o número de escolas, aumentar a qualidades dos seus serviços e aumentar os preços praticados para controlar o número de alunos. A classificação das praias consoante as suas ondas poderia também ser uma solução para reorganizá-las, dando informação de quando, quantos e quem poderia frequentar determinada praia para atividades recreativas.

O setor precisa de regras, mas tudo tem de ser pensado caso a caso, local a local, conforme as necessidades de cada praia, sendo, para isso, necessário ouvir quem conhece as realidades de cada região. Aí, as escolas podem ter um papel preponderante, na visão de João Diogo Pinto dos Santos, presidente da Associação de Escolas de Surf de Portugal: “É preciso comunicação. As escolas conhecem as praias e podem ser a solução para a criação de legislação adequada”, diz o responsável, disponibilizando-se para trabalhar com a Federação Portuguesa de Surf nesse sentido.

Nuno Piteira Lopes, vereador da Câmara de Cascais, juntou-se à conversa partilhando o caso do município e apontando também algumas soluções. Sugere, por exemplo, que se siga o caso dos Estados Unidos da América, onde, por cada praia, se atribui “uma licença única a um único operador, por exemplo durante 10 anos, e que seja esse operador a reatribuir licenças a outros operadores consoante a disponibilidade existente e o estado do mar, limitando o número de operadores nas praias”. Aumentar os preços das licenças também é visto pelo vereador como opção, sugerindo que esse valor seja aplicado, depois, nas operações de fiscalização.

João Capucho, consultor e membro da Federação Portuguesa de Surf, reconhece que todos diagnosticaram já o problema, mas que “a solução é múltipla e complexa”, já que envolve várias frentes e é difícil de juntar todas essas entidades para discutir o assunto. “Mas há pequenas soluções que podemos tomar: suspender as licenças de operação turística durante um tempo, 6 meses a 1 ano; fazer licenças a nível municipal em vez de ser a nível nacional, para as próprias câmaras poderem ter algum controlo no seu produto; acelerar a certificação de monitores e a classificação das escolas de surf, como está a fazer a Federação Portuguesa de Futebol; e trabalhar no ordenamento do território, talvez com o conceito de estabelecimento permanente, que implica que quem ensina num determinado local tem de ter um estabelecimento permanente no local”, refere.

LEGISLAR E FISCALIZAR

A necessidade de uma atualização da legislação, que reordene as praias portuguesas, regule a abertura de escolas e outras operações recreativas (como por exemplo o aluguer de pranchas), assim como onde podem atuar e em que moldes, nomeadamente quanto ao número de alunos, é evidente para todos os players, mas enquanto tal não acontece “fiscalização” é palavra de ordem. O problema é definir quem fiscaliza.

“Cabe à ASAE a fiscalização económica e à Federação a fiscalização desportiva, mas depois são as capitánias que passam as licenças e isto só serve para irem empurrando a responsabilidade de uns para os outros e ninguém fazer nada”, nota Nuno Piteira Lopes, que acredita que quando os municípios puderem criar o seu próprio regulamento esta situação vai ficar simplificada, porque caberá a cada município decidir tanto a legislação como a fiscalização.

O presidente do Surfing Club Portugal, João Miguel Ferreira, alerta que as capitánias não têm recursos humanos para fiscalizar, estando neste momento apenas a responder às ocorrências que surgem. “Tem de haver uma autoridade e, se não há meios, é preciso arranjar. É preciso contratar e, para isso, é preciso investimento. Como tal, é preciso que todos os que usufruem dos planos de água contribuam. As verbas pagas com impostos devem ser canalizadas para a fiscalização, para termos melhores condições”, sublinha.

De acordo com os profissionais do setor, uma das áreas onde mais se nota a falha na fiscalização é na atribuição das licenças para abrir espaços recreativos. É que, para abrir uma escola de surf, o seu fundador deve ser um treinador certificado pelo IPDJ (Instituto Português do Desporto e da Juventude), mas no terreno é frequente ver empresários estrangeiros chegarem e “comprarem” um treinador com certificado que acaba por dar o nome para o pedido de licença, abrindo assim o espaço. Na área de jurisdição da capitania de Peniche existem 98 operadores e crê-se que mais de metade são de estrangeiro que ultrapassaram os formalismos desta forma.

E para que se criem novas leis há também que reconhecer o surf como um setor e é também para isso que tem trabalhado a Associação de Escolas de Surf de Portugal, segundo o seu diretor executivo Afonso Teixeira. “Um dos desafios que enfrentamos é que o surf seja reconhecido como um setor e seja legislado como tal. O nosso grande objetivo é que o surf seja mais claro, mais uniforme e que esteja devidamente documentado para ganhar esse reconhecimento. Mas isto leva tempo, porque há muitas questões políticas”, sustenta.

APOIOS

“O país não está a evoluir por causa dos poucos recursos que temos e da forma errada como estamos a usar esses recursos”. É pelo menos essa a convicção do diretor técnico Federação Portuguesa de Surf, Miguel Moreira, que, da sua experiência e das reuniões que tem tido com entidades responsáveis, acredita não haver falta de dinheiro, mas sim falta de vontade política. “Se eles perceberem que há votos, há dinheiro. Se não houver votos, não há dinheiro”, lamenta.

O apoio aos clubes também não se faz sentir e é expectável que assim continue, para mal de todos. Na opinião de Pedro Monteiro, do Centro Recreativo e Cultural Quinta dos Lombos, “o desenvolvimento da modalidade continua a depender de situações espontâneas, de pessoas especiais como o Tiago Pires e o Frederico Morais, que lutam para conseguir vingar. Tirando isso, os clubes vão ter de procurar os seus próprios apoios para evoluírem”. O responsável do centro recreativo não duvida que a modalidade vai ganhar mais apoios quando o surf entrar para os Jogos Olímpicos, mas diz que, para já, “as entidades empresariais e clubísticas não estão preparadas”.

PODER NACIONAL VS. PODER LOCAL

Para já, as poucas medidas pelas quais os operadores devem reger-se são tomadas a nível nacional, sendo iguais para todos, sem ter em conta as especificidades de cada região. A proposta de descentralização do poder, dando aos municípios a possibilidade de terem códigos próprios para as suas praias parece agradar aos diversos intervenientes, já que, além de vir facilitar a legislação e fiscalização, haveria também uma maior proximidade entre as pessoas no terreno e os decisores, podendo essas mesmas medidas serem tomadas de acordo com as necessidades e capacidades do território, como quantas pessoas ou escolas cabem nas praias.

Nuno Piteira Lopes ressalva que “a descentralização da legislação para os municípios vai ter muitas vantagens, porque os municípios estão mais disponíveis para um diálogo permanente e direto com quem está nas praias todos os dias”. E sublinha que não é contra a atividade económica nas praias, sejam escolas ou outros, mas que todos têm de ter condições para coexistirem, porque nem os surfistas podem ficar sem as ondas, nem os banhistas podem ficar sem as praias. Cascais será um dos primeiros municípios a ter este poder, estando a Câmara preparada para arrancar com este trabalho.

FORMAÇÃO

Também na formação são apontados alguns problemas que acabam por refletir-se no areal. Formam-se cada vez mais treinadores, que, entrando no setor e aliciados pela tão grande procura, ganham vontade de ter o seu próprio negócio. Sandro Maximiliano, responsável pelos cursos de formação de treinadores de surf na Faculdade Lusófona, diz que “há uma procura massiva” pelo curso e que não vê sinal de abrandamento. E acrescenta: “Mais de 95% dos que fazem a formação não querem ser treinadores, querem trabalhar no surf recreativo”.

De igual forma, não tem dúvidas de que é urgente alterar o panorama do ensino do surf no país e que o grosso do trabalho deve ser feito para redefinir os requisitos necessários de acesso ao curso de grau 1, já que a exigência atual é “muito branda”. Defende que para se ser treinador há que ter já alguma experiência no surf e não apenas o gosto pela modalidade, que o limite mínimo de 18 anos é muito baixo, porque esses jovens “não têm maturidade para ser treinadores”, e que as cédulas de treinador deviam diferenciar os bons dos maus alunos, incluindo a nota de curso. Outro dos aspetos que gostaria de ver alterado é a via de acesso à cédula de treinador, porque – nota – “enquanto se andam a atribuir cédulas a quem não percebe nada do setor, há profissionais a trabalhar na área há décadas que não conseguem ter acesso à cédula”.

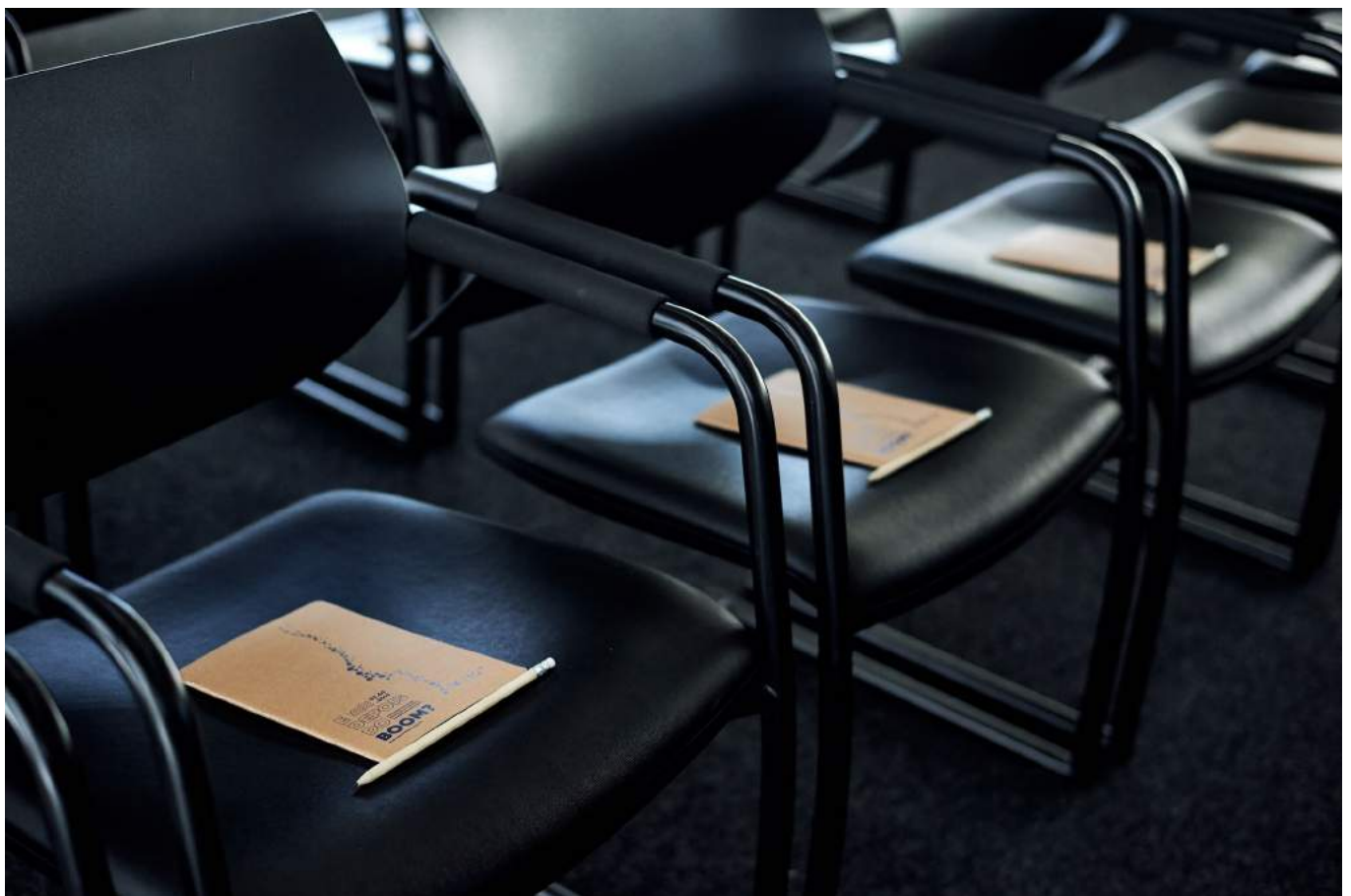
EXPECTATIVAS VS. REALIDADE

Com a confusão que se instalou na nossa costa, correremos o risco de perder o charme que a nós estava associado? Conseguimos ainda corresponder às expectativas dos que nos procuram para o turismo de surf? A imagem que vendemos lá para fora ainda corresponde à realidade? Sim, estamos a perder o nosso encanto e nem sempre conseguimos corresponder às expectativas.

“Em Cascais, temos queixas dos banhistas – nacionais e estrangeiros –, que reclamam que as praias estão ocupadas pelas escolas de surf e que têm medo de levar com uma prancha na cabeça, e temos queixas dos surfistas dizendo que as escolas têm muitos alunos no mar, muitas pranchas”, sublinha o presidente da Associação de Turismo de Cascais, Duarte Nobre Guedes, admitindo que, frequentemente, as praias da região já não conseguem atingir as expectativas dos visitantes.

O mesmo se passa na zona oeste: “Peniche tem imensos problemas e as expectativas de quem chega em agosto para fazer surf podem ser defraudadas”, lamenta Bruno Bairros, do Baleal Surf Camp, partilhando os seus inputs enquanto operador recreativo. E além da falta de espaço e segurança evidentes – diz – também encontram serviços com cada vez menos qualidade, já que os operadores estão preocupados mais com quantidade do que com qualidade. Mas deixa o alerta: “A longo prazo, só sobreviverão os que oferecerem um serviço de qualidade”.

João Capucho, com opinião semelhante, refere ainda que o turismo do surf está a afastar outros segmentos, como as famílias, que mais do que surf procuram uma experiência na praia e que, agora, encontram apenas um mar de pranchas. “Felizmente temos uma água bem fria. Porque se fosse quente, a situação era muito pior”.













02.05.2019 | AUDITÓRIO DNA CASCAIS

com o apoio de:

